

PROCESSO SELETIVO: -

CANDIDATO: -

CPF: -

RG: -

CURSO: -

MUNICÍPIO DE ESCOLHA: -

INSTRUÇÕES DA AVALIAÇÃO

O candidato receberá do fiscal:

Um **caderno de questões** contendo 40 (quarenta) questões objetivas;

Uma **folha de respostas com o nome do candidato** para a Prova Objetiva;

Confira se os seus dados constantes na folha de respostas estão corretos. Caso encontre alguma inconsistência comunique-a imediatamente ao fiscal de sala.

Não utilizar qualquer material de consulta.

Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no **caderno de questões** da Prova Objetiva, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.

Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis.

Controle o seu tempo. A duração da prova será de 3 (três) horas, incluído neste período a marcação da folha de respostas da Prova Objetiva.

Durante a prova, **não se comunique com outros candidatos, não utilize qualquer equipamento eletrônico, nem se levante sem autorização do fiscal de sala.**

Será excluído da seleção o candidato que for surpreendido comunicando-se com outros candidatos, consultando notas ou impressos, devendo o candidato desligar qualquer tipo de aparelho que permita comunicação (celulares, pager, tablet, etc).

O candidato que pretender levar o caderno de provas deverá permanecer na sala por, no mínimo, 1h30min (uma hora e trinta minutos), conforme previsto no Edital 03/2024 – Item 7.3

Após o término de sua prova, o candidato deverá solicitar ao fiscal da sala que recolha sua **folha de respostas** devidamente **assinada**.

INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

A Folha de respostas **não pode** ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.

A maneira correta de assinalar a alternativa na **folha de respostas** é preenchendo, com **caneta esferográfica azul ou preta**, o espaço a ela correspondente.

OBS.: A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções poderá implicar na eliminação do candidato do processo seletivo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 1 - 1,0 ponto

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, exceto:

- a) Garantir o desenvolvimento nacional.
- b) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- c) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- d) Preservar os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- e) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.

Questão 2 - 1,0 ponto

Assinale a alternativa correta acerca dos direitos e garantias fundamentais:

- a) De acordo com o entendimento estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal, a inviolabilidade domiciliar abrange tanto o domicílio quanto o escritório profissional.
- b) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- c) A proibição da pena de morte não admite exceção no ordenamento jurídico brasileiro.
- d) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive as de caráter paramilitar.
- e) O Brasil não se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional.

Questão 3 - 1,0 ponto

No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais, em conformidade com a Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independente das qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- b) É vedada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- c) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
- d) As entidades associativas, independente de autorização expressa, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- e) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação mediata.

Questão 4 - 1,0 ponto

São características dos Direitos Fundamentais, exceto:

- a) Universalidade.
- b) Ilimitados.
- c) Imprescritibilidade.
- d) Irrenunciabilidade.
- e) Historicidade.

Questão 5 - 1,0 ponto

Assinale a alternativa correta:

- a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedado, no entanto aos estrangeiros.
- b) O prazo de validade do concurso público será de até quatro anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- c) É proibido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- d) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- e) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em acordo coletivo de trabalho.

Questão 6 - 1,0 ponto

Assinale a alternativa correta, de acordo com os entendimentos do Supremo Tribunal Federal:

- a) Governador pode ser obrigado a depor em CPI instaurada no Congresso Nacional.
- b) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União não são assegurados o contraditório e a ampla defesa, mesmo quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado.
- c) Parlamentares possuem imunidade formal quanto à prisão, mesmo em caso de condenação definitiva.
- d) É constitucional norma de iniciativa parlamentar que preveja a criação de órgão público e organização administrativa.
- e) O poder de polícia da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em caso de crime cometido nas suas dependências, compreende, consoante o regimento, a prisão em flagrante do acusado e a realização do inquérito.

Questão 7 - 1,0 ponto

O processo legislativo compreende dentre outras, a elaboração de leis delegadas. Estas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional. Desse modo, a delegação ao Presidente da República terá a forma de:

- a) Ato administrativo.
- b) Portaria.
- c) Decreto legislativo.
- d) Resolução do Congresso Nacional.
- e) Decreto executivo.

Questão 8 - 1,0 ponto

A respeito do Ministério Público assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público de Contas tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua.
- b) O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar Ação Civil Pública que vise anular ato administrativo de aposentadoria que importe em lesão ao patrimônio público.
- c) O Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis.
- d) Ao membro do Ministério Público que esteja em disponibilidade é permitido exercer qualquer outra função pública.
- e) O procurador-geral de Justiça é nomeado pelo presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, para um mandato de dois anos, permitida a recondução.

Direito Administrativo

Questão 9 - 1,0 ponto

A sociedade empresária ABC atua no setor de mineração, contando com cerca de dois mil funcionários diretos e indiretos. Durante a primeira inspeção realizada pelos órgãos competentes da Administração Pública, constatou-se a existência de prejuízos ambientais decorrentes das atividades da empresa. Como consequência, foi determinada a interdição de todas as unidades operacionais da companhia. Nesse cenário, a atuação da Administração Pública é contrária ao princípio da:

- a) Razoabilidade, em razão do subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito.
- b) Juridicidade, em razão da necessidade de manifestação do Poder Judiciário.
- c) Proporcionalidade, em especial ao subprincípio da idoneidade.
- d) Proporcionalidade, em especial ao subprincípio da adequação.
- e) Proporcionalidade, em especial ao subprincípio da exigibilidade.

Questão 10 - 1,0 ponto

Conforme lição de Celso Antônio Bandeira de Mello, “o Estado pode ter, tanto quanto as demais pessoas, interesses que lhe são particulares, individuais, e que, tal como os interesses delas, concebidas em suas meras individualidades, se encarnam no Estado enquanto pessoa” (Curso de Direito Administrativo). Tal conceito corresponde ao de interesse público:

- a) Decorrente, tendo em vista que todo interesse do Estado, mesmo que não coincidente com o interesse da sociedade é um interesse público.
- b) Secundário, que pode ser buscado pelo Estado, se coincidente com o interesse público primário.
- c) Primário, que somente pode ser buscado se correspondente ao interesse da sociedade.
- d) Secundário, que, mesmo coincidente com o primário, não pode ser buscado pelo Estado.
- e) Primário, que somente pode ser buscado pelo Estado se corresponder ao interesse público secundário.

Questão 11 - 1,0 ponto

Assinale a opção correspondente ao princípio em razão do qual é exigida a expressa consignação em lei de atividades a serem exercidas pela entidade da administração indireta.

- a) Princípio do controle.
- b) Capacidade de autoadministração.
- c) Princípio da especialidade.
- d) Princípio da indisponibilidade do interesse público.
- e) Personalidade jurídica.

Questão 12 - 1,0 ponto

As manifestações unilaterais de vontade da Administração Pública, conhecidas como atos administrativos, são realizadas com o objetivo de produzir efeitos jurídicos e alcançar os propósitos do Estado. Para que esses atos sejam considerados existentes e válidos, é necessário que apresentem determinados componentes fundamentais, também chamados de requisitos. A esse respeito, é correto afirmar que:

- a) Atua em usurpação de função aquele indivíduo que, embora investido em cargo, emprego ou função, exorbita os limites de sua competência legal, podendo seus atos serem imputados à Administração.
- b) Os atos administrativos devem sempre adotar a forma escrita, impressa em papel timbrado, com data e assinatura da autoridade competente, como condição de sua validade.
- c) O objeto do ato administrativo consiste nas razões de fato e de direito que impõem ou autorizam a prática do ato administrativo pela Administração Pública.
- d) Age com excesso de poder o agente que atua fora dos limites de suas atribuições legais, sendo possível, em regra, a convalidação dos seus atos pelo agente legalmente competente.
- e) Os atos administrativos podem ou não ter um sujeito, ou seja, aquele a quem a lei atribui competência para a prática de um dado ato administrativo.

Questão 13 - 1,0 ponto

Os princípios constitucionais do direito administrativo são normas fundamentais que regem a atuação da Administração Pública, estabelecendo diretrizes e limites para o exercício das funções administrativas, podendo ser expressos ou implícitos na Constituição Federal. É correto afirmar que os princípios constitucionais do direito administrativo:

- a) Não podem ser aplicados diretamente pelo gestor público, ainda que o interesse público aponte neste sentido.
- b) São enumerados taxativamente no *caput* do art. 37 da CF, que define seus limites e possibilidades.
- c) Não se limitam à lista do art. 37 da CF, embora impliquem, ontologicamente, comandos genéricos incapazes de vincular positivamente a ação administrativa.
- d) São imponderáveis, porquanto enunciam máximas fundamentais para a compreensão do direito administrativo.
- e) Podem justificar decisões administrativas sem a intermediação da lei, tal como aconteceu com a interpretação feita pelo Conselho Nacional de Justiça acerca de nepotismo.

Direito Penal

Questão 14 - 1,0 ponto

Acerca do que dispõe o Código Penal no tocante ao crime, assinale a alternativa correta:

- a) É punível como crime de homicídio por omissão a conduta de qualquer pessoa que, embora podendo, deixe de agir para evitar a morte de outrem.
- b) Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão.
- c) Considera-se praticado o crime somente no local onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado; jamais no local em que ocorreu a ação ou omissão.
- d) Denomina-se legítima defesa putativa a situação na qual o agente tem o dolo da sua conduta excluído em razão de erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime.
- e) Não existe crime, conquanto possa haver tipicidade, quando o agente pratica a conduta em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

Questão 15 - 1,0 ponto

Um indivíduo, agindo com *"animus necandi"*, coloca um explosivo numa sala na qual se encontram quatro pessoas, dentre as quais um inimigo seu, que constitui seu principal alvo, embora sabendo que a explosão pode causar a morte de todos, resultado que, de fato, ocorre. Nesta hipótese, somente é correto afirmar que o indivíduo deve responder por:

- a) Quatro homicídios, tratando-se de concurso formal impróprio (CP, art. 70, 2ª parte).
- b) Somente um homicídio doloso, mais três culposos, em concurso material.
- c) Somente um homicídio doloso, mais três culposos, em concurso formal próprio (CP, art. 70, 1ª parte).
- d) Somente um homicídio doloso, mais três culposos, em concurso formal impróprio (CP, art. 70, 2ª parte).
- e) Quatro homicídios, tratando-se de concurso formal próprio (CP, art. 70, 1ª parte).

Questão 16 - 1,0 ponto

O crime de ameaça contra um homem é um crime de ação penal pública condicionada à representação, cuja pena prevista é de detenção, de um a seis meses, ou multa. Considerando essas informações, é correto afirmar somente que:

- a) Ocorrerá a extinção da punibilidade pela decadência, se a representação não for oferecida no prazo de um ano, contado a partir do dia da consumação da ameaça.
- b) Ocorrerá a extinção da punibilidade pela prescrição, se a representação não for oferecida no prazo de um ano, contado a partir do dia da consumação da ameaça.
- c) Ocorrerá a extinção da punibilidade pela prescrição, se não for iniciada a ação penal dentro do prazo de 2 (dois) anos a partir da consumação do crime, salvo se ocorrer alguma causa que suspenda o curso do prazo prescricional.
- d) Ocorrerá a extinção da punibilidade pela decadência, se a representação não for oferecida no prazo de 6 (seis) meses, sempre contados a partir do dia da consumação da ameaça.
- e) O agente poderá ser beneficiado com a transação penal, ainda que a vítima tenha oferecido representação dentro do prazo legal.

Questão 17 - 1,0 ponto

Com relação aos crimes contra o patrimônio, é correto afirmar somente que:

- a) O crime de extorsão (CP, art. 158, "caput") deve ser classificado como crime material.
- b) É considerada atípica a conduta daquele que pratica estelionato contra o próprio pai, salvo se este for idoso.
- c) Aquele que, culposamente, provoca destruição no patrimônio de outrem, deve responder pelo crime de dano (CP, art. 163), na forma culposa.
- d) O crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo (art. 157, § 2º-A, inciso I) ou pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito (art. 157, § 2º-B) é considerado crime hediondo.
- e) Dentre as formas típicas do crime de roubo, somente o latrocínio (roubo com resultado morte) é considerado atualmente crime hediondo.

Questão 18 - 1,0 ponto

Com relação ao aborto, é correto afirmar somente que:

- a) O terceiro que pratica o aborto com o consentimento da gestante, caso seja um médico, não responde pelo crime de aborto.
- b) A gestante que provoca o aborto em si mesma, responde por crime de aborto somente se a gestação tiver mais de 12 (doze) semanas.
- c) É atípica a conduta da gestante que, não sabendo nem devendo saber do seu estado gravídico, toma medicamento que provoca a morte do feto; ou seja, não responde por qualquer crime.
- d) Em qualquer hipótese é punível a conduta do médico que pratica o aborto.
- e) É possível a punição do aborto a título de culpa, ou seja, mesmo que não tenha havido dolo.

Questão 19 - 1,0 ponto

Com relação ao crime de estupro, é caracterizado por:

- a) Constranger mulher, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal, não havendo que se falar em estupro quando se tratar de outro ato libidinoso.
- b) Constranger mulher a praticar conjunção carnal, bem como constranger qualquer pessoa a praticar ou permitir que com ele se pratique qualquer outro ato libidinoso.
- c) Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerente ao exercício de emprego, cargo ou função.
- d) Constranger alguém, mediante violência, grave ameaça ou fraude, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.
- e) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique qualquer ato libidinoso, bem como, no caso de vítima mulher, manter com ela conjunção carnal mediante fraude.

Questão 20 - 1,0 ponto

É considerada uma forma qualificada do crime de roubo:

- a) A prática do crime durante o repouso noturno.
- b) O uso de veneno.
- c) Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer roubos.
- d) A produção de lesão corporal grave na vítima.
- e) O fato de a vítima ser menor de 14 (catorze) anos.

Direito Processual Penal

Questão 21 - 1,0 ponto

Conforme o Código de Processo Penal, o inquérito policial deverá terminar no prazo de ___ dias, se o indiciado estiver solto, ou no prazo de ___ dias, se ele estiver preso. Já consoante a Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006), o inquérito policial será concluído no prazo de ___ dias, se o indiciado estiver solto, e de ___ dias, se ele estiver preso. Assinale a opção que preenche corretamente esses prazos:

- a) 10 dias, 30 dias, 30 dias, 90 dias.
- b) 30 dias, 10 dias, 90 dias, 30 dias.
- c) 15 dias, 20 dias, 15 dias, 30 dias.
- d) 15 dias, 30 dias, 15 dias, 60 dias.
- e) 20 dias, 30 dias, 20 dias, 90 dias.

Questão 22 - 1,0 ponto

Sobre a competência criminal prevista no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- a) Havendo conexão entre crime comum e ato infracional, prevalece a competência da vara criminal.
- b) Havendo conexão entre crime comum e crime eleitoral, impõe-se o julgamento conjunto pela vara criminal da justiça estadual.
- c) O Código de Processo Penal adotou a teoria do resultado para a determinação da competência.
- d) Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela continência.
- e) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela conexão.

Questão 23 - 1,0 ponto

Quando da prolação de sentença, o cabimento de nova definição jurídica ao fato imputado ao acusado, que não modifique a descrição fática, autoriza o juiz de direito a:

- a) Baixar os autos ao Ministério Público, a fim de que adite a denúncia, no prazo de cinco dias, remetendo os autos ao Procurador-Geral de Justiça, na hipótese de não ser ofertado o aditamento.
- b) Proferir sentença de acordo com a nova definição, sem dar nova vista à defesa ou ao Ministério Público, mesmo que a pena a ser aplicada seja mais grave.
- c) Notificar o acusado para se defender da nova classificação, dando vista à Defensoria Pública pelo prazo de dez dias, caso não se manifeste.
- d) Absolver o acusado, tendo em vista que os fatos imputados na denúncia não foram suficientemente demonstrados.
- e) Dar vista à defesa, para que se manifeste no prazo de cinco dias, apresentando novas provas, se a pena a ser aplicada for mais grave.

Questão 24 - 1,0 ponto

De acordo com Código de Processo Penal, o juiz pode substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar quando o agente for:

- a) Maior de sessenta anos de idade.
- b) Debitado por qualquer tipo de doença.
- c) Indispensável aos cuidados de pessoa menor de doze anos de idade.
- d) Mulher com filho de até seis anos de idade incompletos.
- e) Homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até doze anos de idade incompletos.

Questão 25 - 1,0 ponto

Sobre a suspensão condicional do processo prevista na Lei n. 9.099/95, assinale a opção correta:

- a) O processo pode ficar suspenso por dois a seis anos.
- b) A suspensão condicional do processo poderá ser revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime.
- c) A suspensão condicional do processo será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário descumprir qualquer uma das condições que lhe foram impostas.
- d) O comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, bimestralmente, para informar e justificar as suas atividades é uma das condições que podem ser impostas ao agente.
- e) Durante o prazo da suspensão condicional do processo, não corre a prescrição.

Questão 26 - 1,0 ponto

Sobre a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/06), assinale a alternativa correta:

- a) A competência do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para processar e julgar a ação de divórcio ajuizada pela ofendida abrange a pretensão da partilha de bens.
- b) Só será admitida a renúncia à representação da ofendida perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.
- c) As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, desde que haja prévia manifestação do Ministério Público.
- d) O juiz pode rever, a pedido da ofendida, as medidas protetivas de urgência já concedidas, hipótese em que é desnecessário ouvir o Ministério Público.
- e) A intimação do advogado da ofendida sobre o ingresso na prisão do agressor dispensa a notificação da ofendida para essa mesma finalidade.

Questão 27 - 1,0 ponto

Sobre a colaboração premiada prevista na Lei n. 12.850/13, assinale a opção correta:

- a) A tratativa sobre colaboração premiada não necessita da presença do advogado da pessoa que pretende a colaboração.
- b) Vigora a máxima publicidade durante as tratativas da colaboração premiada.
- c) O recebimento da proposta de colaboração premiada implica, automaticamente, a imediata suspensão da investigação quanto ao colaborador.
- d) No acordo de colaboração premiada, o colaborador deve narrar todos os fatos ilícitos para os quais concorreu e que tenham relação direta com os fatos investigados.
- e) A proposta de acordo de colaboração premiada não poderá ser sumariamente indeferida.

Direito Civil e Processual Civil

Questão 28 - 1,0 ponto

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar, quanto a revogação de leis:

- a) Leis temporárias são autorrevogáveis ao término do prazo ou das circunstâncias geradoras da norma.
- b) Na revogação tácita, a lei posterior revoga a anterior apenas quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- c) A lei nova, que estabeleça disposições gerais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
- d) A lei revogada se restaura quando a lei revogadora perder a vigência.
- e) Na revogação expressa não se é necessário a indicação da norma revogada.

Questão 29 - 1,0 ponto

Assinale a alternativa incorreta. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

- a) Os menores de dezoito anos.
- b) Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- c) Os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
- d) Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- e) Os pródigos.

Questão 30 - 1,0 ponto**Sobre a curatela, é correto:**

- a) A curatela afeta somente os atos relacionados aos direitos de natureza relativas ao patrimônio, negócios, matrimônio, e trabalho.
- b) A nomeação de curador para a pessoa com deficiência deve ser estabelecida para uma única pessoa.
- c) A interdição do pródigo o privará do casamento apenas a partir da sentença judicial.
- d) O cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato, é, de direito, curador do outro, quando interdito.
- e) Dar-se-á curador ao nascituro, se o pai falecer estando grávida a mulher, e não tendo o poder familiar.

Questão 31 - 1,0 ponto**Quanto a posse, é incorreto afirmar:**

- a) O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias, bem como, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levá-las, quando o puder sem detrimento da coisa, mas não poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis.
- b) A posse de boa-fé só perde este caráter no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente.
- c) Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, contanto que não excluam os dos outros compossuidores.
- d) O possuidor de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de má-fé; tem direito às despesas da produção e custeio.
- e) O reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de má-fé, tem o direito de optar entre o seu valor atual e o seu custo; ao possuidor de boa-fé indenizará pelo valor atual.

Questão 32 - 1,0 ponto**Conforme as disposições do Código de Processo Civil referentes à atuação do Ministério Público em juízo, o MP:**

- a) Será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal.
- b) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- c) Gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir da publicação do despacho de remessa dos autos à Promotoria de Justiça.
- d) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer.
- e) Devera intervir, obrigatoriamente, nos processos que envolvam qualquer litígio pela posse de terra rural ou urbana.

Questão 33 - 1,0 ponto**Preencha as lacunas e marque a alternativa correta:****Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de ___ dias, devendo ser citado o réu com pelo menos ___ dias de antecedência.**

- a) 15 / 10
- b) 20 / 10
- c) 30 / 20
- d) 40 / 20
- e) 60 / 30

Questão 34 - 1,0 ponto

Maria, Advogada, é a única patrona do requerido João em ação de investigação de paternidade, envolvendo interesse do menor José. Em razão do interesse envolvido na referida ação o Juiz determinou a intimação do Ministério Público para atuar como *custos iuris*. No curso do processo do processo em questão, Maria, que estava habilitada na Vara da Infância e Adolescência como pretendente à adoção de uma criança abrigada, recebeu a concessão de adoção. Ocorre que, 2 dias após a data da sentença de adoção venceria o prazo para Maria apresentar contestação no processo de investigação de paternidade, e por essa razão, Maria apresentou um requerimento de suspensão processo. Ademais, no momento processual em questão não havia ato urgente a ser praticado no processo que pudesse causar dano irreparável. O processo foi com vistas para o Ministério Público para se manifestar do pleito formulado pela Advogada. Diante dessa situação narrada, a manifestação do membro do Ministério Público deverá ser pela(o):

- a) Suspensão do processo, pelo período de 30 (trinta) dias, da concessão da adoção, mediante apresentação de termo judicial que tenha concedido a adoção, desde que haja notificação ao cliente.
- b) Suspensão do processo, pelo período de 08 (oito) dias, da concessão da adoção, mediante apresentação de termo judicial que tenha concedido a adoção, desde que haja notificação ao cliente.
- c) Intimação da Defensoria Pública para apresentar contestação, em razão de envolver interesse de menor, com fundamento em dispositivo do CPC que permite que durante a suspensão do processo seja praticado ato processual, sempre que a causa envolver incapaz.
- d) Indeferimento do pleito da advogada, tendo em vista que não há previsão legal de suspensão de processo no caso narrado.
- e) Extinção do processo.

Questão 35 - 1,0 ponto

Sobre o pedido no processo de conhecimento, analise os itens a seguir de acordo com a disposições do Código de Processo Civil:

I- O pedido deve ser determinado, sendo vedado formulado pedido genérico, em qualquer hipótese;

II- O pedido será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo;

III- É lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos

Questão 36 - 1,0 ponto

Está conforme a Constituição Federal de 1988 no que diz respeito ao meio ambiente, exceto:

- a) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- b) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- c) Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive no superior, e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- d) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, estando nesta última seara a obrigação de reparar os danos causados.
- e) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Questão 37 - 1,0 ponto

O ECA (Lei nº 8.069/90) trata da prática do ato infracional na seguinte conformidade, exceto:

- a) Considera-se ato infracional a conduta descrita como contravenção penal.
- b) A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.
- c) Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas socioeducativas.
- d) São asseguradas ao adolescente, entre outras, a garantia direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.
- e) Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

Questão 38 - 1,0 ponto

O CDC (Lei nº 8.078/90) prevê como direito básico do consumidor, exceto:

- a) A proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.
- b) A proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.
- c) A informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, inclusive a pessoas com deficiência.
- d) A reparação de danos por mais de um autor a ofensa, todos responderão de forma subsidiária pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo.
- e) A modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

Questão 39 - 1,0 ponto

É correto afirmar sobre a ação civil pública (Lei nº 7.347/85), exceto:

- a) Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar a associação esteja constituída há pelo menos 2 (dois) anos nos termos da lei civil.
- b) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.
- c) Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.
- d) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor.
- e) O juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.

Questão 40 - 1,0 ponto

Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito, exceto:

- a) Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades por preço superior ao valor de mercado.
- b) Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- c) Adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, de cargo, de emprego ou de função pública, e em razão deles, bens de qualquer natureza, decorrentes dos atos descritos no caput deste artigo, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, assegurada a demonstração pelo agente da licitude da origem dessa evolução.
- d) Receber vantagem econômica de qualquer natureza, apenas de forma direta, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- e) Usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades.